

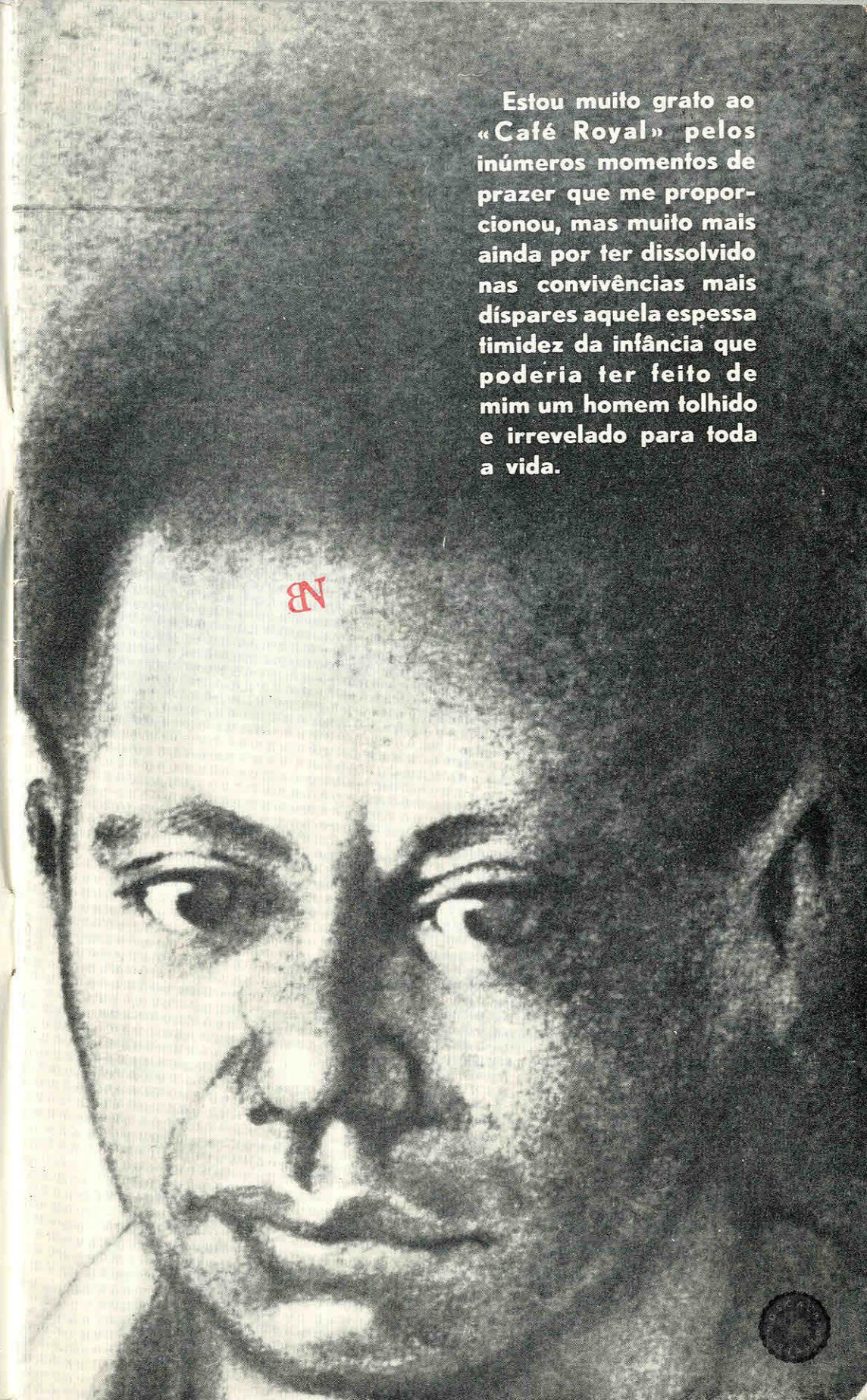
**Mário
Domingues**

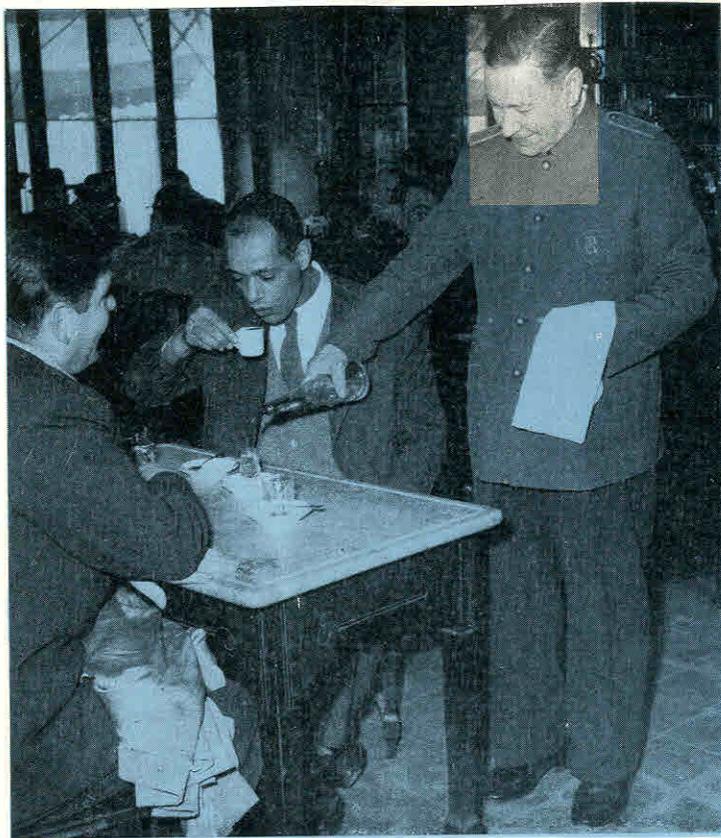
**Recordações
do
Café
Royal**

Composição, Impressão e Gravura
L. HENRY GRIS, LDA.
Arrejo gráfico de A. Domingues
750 ex. — 19 - 12 - 959 — LISBOA

Estou muito grato ao «Café Royal» pelos inúmeros momentos de prazer que me proporcionou, mas muito mais ainda por ter dissolvido nas convivências mais díspares aquela espessa fíimidez da infância que poderia ter feito de mim um homem tolhido e irrevelado para toda a vida.

BN





O «Café Restaurante Royal» «serve», pela última vez, a seus clientes e amigos a evocação de alguns dos momentos mais brilhantes da sua vida de meio século que passaram pela nítida memória de Mário Domingues, um dos maiores jornalistas do nosso tempo, a quem, aqui, queremos deixar bem vincada a dupla gratidão pela vida que viveu no «Royal» e pela admirável peça literária, profundamente humana, que nos oferece agora.

Recordações
do
Café
Royal

Alexandre Vianna

BN

ESTE «Café Royal», que me dizem condenado a desaparecer ao findar o corrente ano de 1959, após mais de meio século de uma existência típica, inconfundível, constitui uma das mais gratas recordações da minha vida. Os «cafés», assim, relativamente pequenos e acolhedores, criam uma alma própria, que certa camada de clientes assíduos lhes insufla, formada, talvez, em síntese, pelas mil fisionomias humanas que lá se demoram uns instantes e logo se afastam, deixando no local, sem o saberem, um pouco da sua alma, que, no decorrer do tempo, acaba por impor a sua personalidade aos frequentadores que surgem mais tarde, em ondas sucessivas, ignorando que estão a herdar muita coisa dos fregueses mais antigos que a morte sumiu ou a vida arredou.

No seu estilo 1900 de pequeno «café» parisiense, do qual ainda chegaram até hoje, nas proximidades do seu fim, objectos característicos de uma época ultrapassada (os seus pesados talheres de «cristophle», as vastas bandejas reluzentes, os copos de autêntico cristal, aqueles bules de bom metal germânico, talvez comprados a algum marinheiro alemão que os surripiasse a bordo de um navio da Norddeutscher Lloyd Bremen, o emblema a ouro, com o C. R. entrelaçado e encrustado no mármore róseo das mesas, agora muito polido pela fricção de mil braços durante cinquenta anos), o «Royal» é para mim alguma coisa tão viva, que a notícia do seu desaparecimento em data prefixada me deixa a sensação de que uma pessoa querida, quase uma pessoa de família, está sentenciada à morte, sem apelo nem agravo.

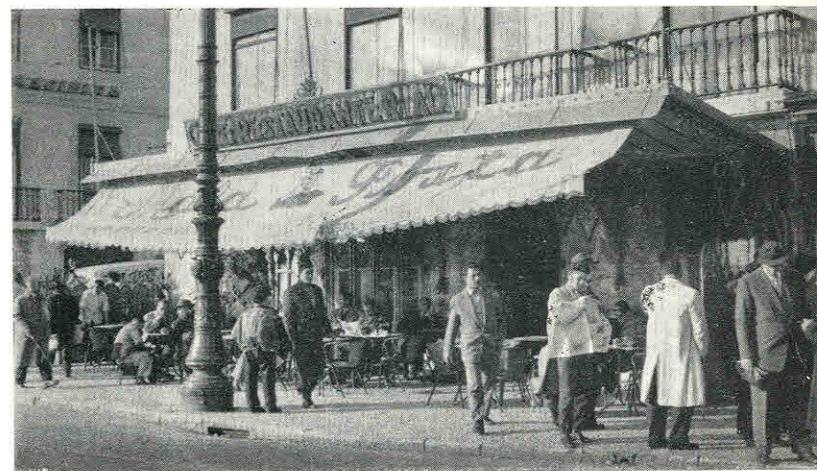
Foi em 1905, creio eu, que o «Café Royal» abriu pela primeira vez as suas portas, para nunca mais as fechar senão cerca de cinquenta e cinco anos depois. Nesse mesmo ano, traziam-me pela mão, de uma aldeia chamada Porcalhota — hoje a vila da Amadora, pretensiosa e catita —, a fim de me instalarem nesta Lisboa, onde fixaria definitiva residência. Eu era então um garoto de cinco para seis Primaveras, chegado de África uns quatro anos antes, e não sabia que simultaneamente se inaugurava um estabelecimento, num bairro oposto àquele em que passei a morar, que iria ter na minha vida uma importância excepcional. O destino das pessoas é entretecido assim, por linhas aparentemente divergentes e díspares, que um dia se reúnem de chofre e formam os acontecimentos culminantes e decisivos da sua existência.

Única criança no meu lar, isolado entre uma avó carinhosa, mas distante pela idade, e uma irmã mais velha do que eu onze anos, fui durante a minha infância um ser retraído, melancólico e *cismático*, como algumas vezes essa minha avó observara. A frequência de escolas de numerosos alunos não contribuiu muito para modificar esse meu feitio. Só quando, ao deablar da adolescência, comecei a afastar-me por algumas horas desse meu lar silencioso e sossegado e a espreitar a vida surpreendente da cidade, o meu carácter reservado se dissolveu um pouco, por acção de contactos exteriores e por imposição da minha energia muito íntima.

Tímido por temperamento, constituía para mim um verdadeiro golpe de audácia entrar numa loja, para fazer uma compra. O caixeiro intimidava-me, eu quase esquecia o que desejava, e, antes de entrar, já por duas ou três vezes tinha passado diante da porta, a tomar coragem e a fazer apelo a todo o meu sangue-frio. O falso aspecto sereno, plácido, que então adquiri e ainda hoje conservo, foi fruto de um auto-domínio que acabou por se transformar num hábito, numa segunda natureza, como dizem os britânicos.

Mas quero de preferência falar do «Royal» e não de mim, que não passo de mais um entre os milhares de fregueses, oriundos de todo o Orbe, que, durante este meio século, roçaram pelas suas mesas. Gente vinda de todas as partes do Globo lá entrou para se demorar uns momentos ou, em alguns casos, para lá voltar durante meses e muitos para permanecerem clientes assíduos até a hora da morte. Entre estes inumeráveis anónimos, passou um, que eu identifico agora pela assinatura que remata este apontamento, e a quem, por estranha casualidade ou por capricho do destino, cabe, como jornalista que foi, escrever aquele necrológio rápido e incompleto que geralmente se esboça no momento em que uma grande personagem morre de repente.

Mal pensava eu, aí por 1913 (havia pouco que principiara a usar calças compridas e queria botar figura de homem), ao visitar pelas primeiras vezes o «Café Royal» que tanto me encantava, que, quarenta e tantos anos volvidos, estaria a debruçar-me sobre o moribundo que conhecera tão estuante de vida. Contava então cerca de catorze anos, e um discípulo meu, com dezasseis, a quem despontava um buço louro e escasso, a condizer com a viva pupila azul e a rebelde melena alourada, para iniciar-me nas minhas tentativas de pretendente a homem, segredou-me que, no Cais do Sodré, havia um maravilhoso café-restaurant, onde se jantava opiparadamente por cinco ou seis tostões, fora a gorgeta de um vintém. Nesse tempo, em que um jovem a ganhar cinco tostões por dia já podia casar-se sem apreensões, um jantar daquele preço



faria hesitar um chefe de família, mas não um rapazote a quem o pai dava generosamente todos os domingos uma «coroa» de prata para os seus *alfinetes*. Passei a jantar no «Royal» uma vez por mês, na companhia desse condiscípulo, o Reinaldo Ferreira, que não sonhava então que viria a celebrar-se sob o pseudónimo de *Repórter X*.

Foi assim que eu principiei a frequentar o «Royal», mas não a conhecê-lo verdadeiramente. Conhecê-lo, conheci-o, não com o Reinaldo, mas com o Armando Portela, outro condiscípulo, também uns dois anos mais velho do que eu, e que, por hereditariedade, pois era filho de um distinto oficial da Armada (o contra-almirante Agnelo Portela, que mais tarde foi ministro da Marinha), vivia todo volvido para as coisas do mar. Foi ele quem me revelou, não apenas o «Royal» íntimo, mas o Cais do Sodré e imediações, e até me iniciou nos prazeres da pesca e me levou àquele longo molhe a pescar uns patifes de uns peixes tão reles, que nem o seu nome obscuro aqui se pode citar.

O Portela conhecia bem esse café-restaurant, que era, e ainda é, uma espécie de capital de toda aquela zona mais típica, mais pletórica de vida, mais subterraneamente dramática, mais poeticamente romanesca e mais coloridamente pinturesca de toda a cidade de Lisboa, e que vai desde o Corpo Santo à Boa Vista, ou mesmo ao Conde Barão. Ali, no «Café Royal», isto é, na capital daquele bairro, é que o Armando Portela, ao fixar-me como cliente, me abriu sem o saber os mais vastos horizontes do Mundo que a promessa de homem que eu era nessa data mais poderia desejar.



Morávamos, nesse tempo, ao fim da avenida Almirante Reis, nas proximidades da fábrica de cerveja Germânia, recém-construída, para tomar anos depois o nome muito patriótico de Portugália, que por enquanto ainda conserva. Daí partíamos, depois de jantar pacatamente em família, em busca de aventuras. Íamos higiênicamente a pé, porque éramos desportistas, abstémios e puritanos, como certas meninas inglesas, de quem o Armando descendia, por parte de uma avó.

Chegávamos ao «Royal», à hora aprazível em que se começa a digestão, a mais propícia à confraternização dos povos. É uma noite, logo numa dessas primeiras investidas, topámos, sentado a uma mesa da esplanada, um sujeito que teria todo o ar de um operário português — baixo, atarracado, moreno, modestamente vestido —, se não fora uma exclamação gaulesa que soltara, a propósito não sei de quê.

— *Est-vous français, monsieur?* — indagou o Portela.

Era realmente francês, embora tudo nele nos desse ideia de um lisboeta, de Alfama ou da Mouraria. Declarou-se marítimo de qualquer barco mercante surto no Tejo. Falámos-lhe em francês. O homenzinho exultou por ouvir a sua língua. Perguntou ao Portela se ele nascera em Paris. Não, nascera em Portugal, em Montemor-o-Novo. E eu, com esta cor indizível de café e estas feições de negróide, por que motivo falava um *parigot*, para ele, tão perfeito? Fiquei assombrado por um francês me considerar mais francês que ele próprio. Explicação: o homenzinho era de Marselha, creio que a cidade da França onde se fala pior, ao passo que eu e o Portela tivéramos um grande mestre, *monsieur* Marcel Meunier, durante muitos anos correspondente do *Matin* em Lisboa.

Partimos dali, do «Royal», a dar uma volta pela Baixa, servindo nós de *ciceroni*. O passeio pouco interessa, a não ser num pormenor: ao atravessarmos o largo do Município, muito mal iluminado e cujo pavimento, por essa época, se revestia daquele basalto preto e irregular que magoava os pés, o marítimo, apontando o empedrado, teve uma exclamação desoladora, que nos encheu de vergonha:

— *Oh, lá, lá, lá, ça c'est de la province!*

Era realmente provinciano aquele pavimento da capital, mesmo em frente do Município, pavimento que ainda durou muitos anos para nos apoucar perante os que nos visitavam.

Este foi o primeiro contacto que, por volta dos meus catorze anos, tive com um estrangeiro. Mas tomei-lhe o gosto. Não tardou muito que o Reinaldo me apresentasse a outro francês. Era um homem alto, desempenado, aparentando trinta e tal anos, escasso bigode escuro, numa face oblonga. Muito simpático, falava um francês primoroso, quase como

aquele que Marcel Meunier nos ensinara. Não me lembro do nome dele, mas a sua profissão nunca mais me esqueceu: médico. Fora o Reinaldo quem arranjava aquele conhecimento, do qual muito se orgulhava. Pessoa jovial, achando talvez graça àqueles garotos que tão cedo queriam profundar a vida, não tardou em ser para nós como que um parente mais velho. Hospedara-se no Hotel Gibraltar, ali, no largo do duque da Terceira.

Este largo apresentava nesse tempo um aspecto diferente do actual, não na linha architectónica, mas no bulício que hoje o agita, outrora inexistente. Em 1913, sobretudo para os estrangeiros que nos visitavam, lembrava uma modesta praça de qualquer pacata cidade francesa do Mediterrâneo.

O Sol dardejante das tardes estivais, que incidia em cheio no «Royal», convidava aos sonos repousados e pacíficos, defronte do Tejo muito azul, a reflectir uma luminosidade tão intensa que nos obrigava a semi-cerrar os olhos e a não abri-los mais. De vez em quando, passava além um «eléctrico» amarelo, ou uma tipóia desconjuntada, ou um «coupé» particular todo lustroso. No jardinzito, em frente, onde viria depois a erguer-se «o homem ao leme» muito branco, umas verduras tímidas não chegavam para regalo da vista fatigada de tanta luz. Ao fundo, a estação da Parceria, num verde desmaiado, que em certos dias se confundia com o tom do rio, incitava a um passeio a Cacilhas; mais à direita, a estação da linha de Cascais não passava de um barracão pardacento e antipático, e, a partir desse mísero edifício, que ostentava o nome pomposo de *gare*, havia os grandes chapéus de sol do mercado e toda uma fila de barracas de madeira e lata, a exalar um enjoativo cheiro a peixe frito e a álcool em todos os graus de destilação.

A praça movimentada do nosso tempo, com autocarros, «eléctricos», táxis, camiões, motos e vagas sucessivas de transeuntes, que um sinaleiro atarefado não sabe como encaminhar, nem sequer se concebia naqueles remansosos tempos. De veículos motorizados havia então meia dúzia de automóveis grandes, Berliets, Renauds, para turistas, que esperavam dias e dias, por algum freguês com libras para gastar numa volta pela cidade, com um intérprete palrador e gesticulante ao lado do motorista, a inumerar as curiosidades, durante o percurso: *Voilà l'Hôtel de Ville... La Place du Commerce... Ici, Rossio, le coeur de la ville... Le Théâtre National la bas... L'avenue de la Liberté, etc., etc..*

Pois um dia, o Reinaldo, que era meu vizinho, foi de manhã cedo, muito açodado, bater-me à porta, para me dar a novidade de que nos tinham convidado para um passeio desses pela cidade. Com quem? Com o tal médico francês.

(Mas como se chamava ele, que não há forma de me lembrar?). O senhor doutor, que viera no *Roma*, estava em vésperas de partir para o Próximo Oriente e queria proporcionar-nos o prazer de uma volta pela cidade, rematada com um almoço no «Royal», evidentemente. Demos o passeio num De Dion Bouton, que fazia um barulho dos demónios. Ora o Reinaldo ora eu íamos referindo as curiosidades, como os intérpretes, mas em altos brados, para abafar o ruído do motor.

Impertigados e solenes (andar de automóvel, nesse tempo, não era para toda a gente), apeámo-nos diante do «Royal» e atirámo-nos ao almoço, como leões famintos. Enquanto nós comíamos e bebíamos, o doutor, que comprara os mais recentes jornais franceses, enfronhava-se na leitura. Houve uma profusão anormal de vinhos, da rica frasqueira da casa. Um branco dourado, principalmente (Borgonha, suponho eu), marinava à traição. Notei que o Reinaldo mudava de cor, ao mesmo tempo que camarinhas de suor lhe borbulhavam no rosto. Ele bem disfarçava, atirando olhares para os lados do rio, que nesse dia corria num tom verde-translúcido de esmeralda, mas, em certo momento, soltou um suspiro e gemeu:

— *Ah, monsieur le docteur, je suis malade!*...

Alarimei-me. O médico pousou o jornal que estava a ler, lançou-lhe um olhar penetrante, ao mesmo tempo que lhe tateava o pulso. Depois, gargarejou uma risada, retomou o jornal e diagnosticou:

— *Ce n'est rien du tout... Ça c'est du vin...*

O Reinaldo embebedara-se pela primeira vez na sua vida, e ignorava os sintomas da embriaguez.

Pouco tempo depois, conhecemos um rapaz, ligeiramente mais velho do que o Reinaldo, telegrafista a bordo daquele mesmo *Roma* em que o doutor viajara. Não há forma de me recordar como ele se chamava. (Tenho péssima memória para fixar nomes). Recordo-me, sim, da sua terra natal: Dijon. Era baixo, moreno, olhos azeitona de Elvas, simpático e muito bem educado. Todas as vezes que o *Roma*, à ida ou à volta da sua viagem a Nova Iorque, tocava em Lisboa, o nosso amigo de Dijon aparecia-nos no «Royal». Mostrámo-lhe a cidade. Apresentámo-lo às nossas famílias. E D. Amélia Ferreira mãe do Reinaldo, tomara por ele grande estima e admiração, convidava-o muitas vezes para jantar e sentia-se comovida pela ternura que o rapaz, a cada passo, exteriorizava pela mãe, que vivia em Dijon, sempre inquieta por sabê-lo sobre as ondas do mar.

Com toda a sua simpatia e boa educação, não tardou ele em meter-nos em negociozinhos de contrabando, os quais associamos o Armando Portela. Aquilo era, para nós, rapazes entre os catorze e os dezasseis anos, uma aventura estúpida.

O telegrafista do *Roma* passou a trazer-nos uma vez por outra, da América, capas de borracha, meias de seda, isqueiros disfarçados de lapiscira (os primeiros que apareceram em Lisboa) e aqueles enormes relógios de prata, autênticas «cebolas», que custavam um dólar e cujo tique-taque atroador, mesmo dentro do bolso, se denunciava a grande distância. Vendíamo-los a dez tostões e ganhávamos dinheiro.



Quando rebentou a guerra de 14, a travessia do Atlântico tornara-se muito perigosa para a navegação mercante dos aliados. Os submarinos alemães metiam a pique com frequência os transatlânticos ingleses e franceses. As viagens do *Roma* transformaram-se numa inquietação intolerável para o nosso contrabandista, que não fazia senão lastimar a sorte



da mãe, que sofria horrivelmente, em Dijon. Um dia, o nosso amigo despediu-se de nós, com mais solenidade. Ia abandonar o *Roma* e prestar serviço num navio que fazia carreiras no Mediterrâneo, portanto, com muito mais probabilidades de escapar à caça dos submarinos. Nunca mais o vimos. Logo na primeira viagem mediterrânica, o seu navio foi torpedeado, e o simpático contrabandista pereceu. O *Roma*, porém, continuando impávido as suas viagens através do Atlântico, nunca naufragou. Muitos anos depois da Guerra, ainda o vi algumas vezes fundeado no Tejo.

A primeira Grande Guerra veio emprestar ao «Café Royal» uma fisionomia mais animada, transformando-o numa autêntica torre de Babel de um só andar, onde se cruzavam os idiomas mais variados: francês, inglês, árabe, alemão, holandês, sueco, japonês, norueguês... Mas o idioma estrangeiro que passou a predominar naquele estabelecimento — que tinha, e ainda tem, o seu quê de parisiense, onde às vezes certas borboletas gaulesas, de vastos chapéus emplumados, muito pintadas e olheirentas, tamborilavam no mármore das mesas e entoavam em voz rouca do conhaque, o *C'est la valse brune / Des chevaliers de la Lune / Chacun avec sa chacune...* — o idioma que passou a predominar, dizíamos, foi o alemão.

A navegação germânica, para se escapar à perseguição que lhe movia a esquadra inglesa no Atlântico, refugiou-se quase toda no Tejo, que ainda era no início das hostilidades um porto neutral. As tripulações passaram a frequentar aquele «café». Comandantes, contra-mestres, marinheiros (os bravos *matrose*) faziam dele ponto de reunião. Os clientes franceses e britânicos olhavam-nos de soslaio, mas não iam nada longe na exteriorização do seu rancor. Só as galdérias olheirentas, às vezes, cuspiam para o lado e resmungavam: *Sales boches...*

A maior manifestação de hostilidade a que por várias ocasiões assistí, entre os representantes daquelas nações que se esfacelavam bárbaramente no *front*, era constituída por um curioso duelo musical. Frequentemente, um grupo de ingleses, já um pouco animados pelo «whisky» ou pelo vinho do Porto, erguia as suas vozes nazaladas e entoava o *It's a long way to Tipperary*. E um rancho de franceses cantava a sua célebre canção guerreira: *Quand Madelon vient nous servir à boire!*... Então, os alemães respondiam num coro *kolossal*, com trémulos na garganta e o olho azul a brilhar de comoção: *Ich hatte einen Kammerade / Einen besser findest du nicht!*... (Não nos responsabilizamos pela ortografia dos vocábulos germânicos).

Eu e o Armando Portela travámos rapidamente relações cordiais com inúmeros tripulantes alemães. Sabiam que não



éramos germanófilos e respeitavam as nossas ideias, se acaso as poderíamos ter bem definidas naquela idade. Eu não conheço indivíduo mais amável, mais jovial e mais tolerante do que o alemão. Aprendi a falar de ouvido a sua língua (como as crianças), apanhei-lhes as suas frases idiomáticas, os seus calões, as cantigas populares registadas num livrinho de bolso, com letra e música.

Um dia, como também lhes ensinávamos cantigas portuguesas, quando lhes trauteávamos o *Fado do 51*, de uma revista em pleno êxito num palco de Lisboa, tivemos a estranha surpresa de nos responderem com uma gargalhada. O *Fado do 51*, afinal, era uma canção alemã. Lá estava no tal livrinho, e cantarolaram-na toda em alemão. Também por essa época, no Teatro Apolo, se cantava em certo quadro de revista, uma copla muito portuguesa, que no mesmo livrinho, começava — salvo a ortografia — mais ou menos assim: *Mein Pupchen*



hat ein Panamá, / Einen wunder, schöne Hut / Und dieses Panamá, etc., etc..

Eu e o Portela, às vezes sofriamos destes reveses muito desagradáveis.

Nesse tempo, o cinema (o animatógrafo, como então se dizia), pouco contava como espectáculo de multidões; as preferências populares ainda iam todas para o teatro. Mas, os nossos hóspedes alemães tinham dificuldade em compreender o português; por isso, frequentavam geralmente o Salão Foz, uma *boite* que existiu muitos anos na calçada da Glória, a qual lhes proporcionava «variedades», onde nunca faltavam cançonetistas e bailarinas espanholas, que eles muito apreciavam. E também encontravam um chiste especial na palavra *Foz*, que pronunciada à alemã, tem um significado bastante indecente.

Às vezes, levávamos os estrangeiros amigos ao Chanteclair, que ainda hoje existe remoçado no primitivo local. Era, nesse tempo de cinema mudo, o único falado em todo o Globo. Constituiu uma curiosidade para os nossos visitantes, que riam à farta dos ruídos e dos diálogos, produzidos por comparsas ocultos atrás da tela, com o fim de nos darem uma sensação de realidade, constantemente atraçoada pelo desencontro das falas e pela puerilidade dos rumores com que se pretendia imitar, por exemplo, um combóio em marcha ou a chegada de uma bala gigantesca a deslizar na superfície da Lua.

Não têm conto os alemães com quem nos relacionámos durante cerca de dois anos, até 1916, data em que Portugal entrou na primeira Grande Guerra, alinhando com os aliados. Havia um rapagão alto e simpático, chamado Hans, a quem os camaradas tratavam geralmente por *Berliner*, que nós estimávamos muito pela sua lealdade e pela sua cultura. Um outro, chamado Otto, era o tipo do jovem germânico, muito vivo e jovial, olho azul e sorriso sempre pronto. Tinha uma particularidade que o tornava parecido com o imperador da Alemanha, apesar de não possuir as guisas do bigode em bico, como este: o braço esquerdo mais curto que o direito. Os companheiros tentavam ridicularizá-lo por esse motivo, chamando-lhe *Kaiser*, mas ele nunca se zangava. Levei-o um dia a casa de meu pai, que era um aliadofilo convicto. No entanto, recebeu-o com franca hospitalidade. Depois do jantar, passámos à sala, para saborear o café. E vimos então o nosso Otto, um simples marinheiro de mãos rudes e calosas, sentar-se resolutamente ao piano e tocar várias canções alemãs, com um desembaraço que nos deixou maravilhados. O Otto, quando nos cumprimentava, perfilava-se, juntava ruídosamente os tacões e, só depois, nos estendia uma grande mão leal.

Todos os dias havia uns tantos marinheiros de folga, que os escaleres de bordo, partindo de vários navios espalhados pelo Tejo, vinham trazer ao Cais do Sodré ou ao Cais das Colunas. Muitos passavam toda a sua folga no «Royal» e imediações. Alguns apenas se queriam encharcar em cerveja. E, de todos eles, quem batia o «record» da borracheira era o contra-mestre de certo barco, que em regra voltava para bordo às costas dos camaradas.

Conheci de muito perto esse homem, cujo nome ignoro, pois toda a gente o tratava por *Botsman*. Alto, magro, olhos garços num rosto crestado, devia andar à roda dos seus quarenta anos. Disseram-me que estava a cursar Filosofia, quando, ferido por um grande desgosto (de amor, suponho eu), abandonou tudo para se dedicar à vida marítima. Eu gostava de conversar com ele. Revelava por mim um carinho quase paternal. Algumas vezes assisti à sua chegada ao «café», de manhã cedo, fresco, bem barbeado e bem disposto. Acabara de desembarcar no Cais do Sodré, atravessara o jardimzinho provinciano e instalara-se a uma mesa da esplanada, onde gostava de ficar a observar o movimento repousado daquela praça, que também servia de mercado dos homens que se ofereciam para trabalhar na estiva ou na carga e descarga de navios.

Ele percebera a minha ânsia de instruir-me e falava-me longamente dos mais variados assuntos, do muito que observara durante as suas andanças pelo Mundo. Estava persuadido de que fora a Inglaterra quem arrastara a Alemanha àquela carnificina, cujo horror o indignava. Por várias vezes me asseverou que o *Kaiser* Guilherme II, por quem ele traía uma enlevada admiração, quisera evitar a hecatombe. Certa ocasião em que, após uma batalha mais renhida, o imperador visitara um hospital de sangue, o contra-mestre, que se informava pelos jornais germânicos adquiridos na tabacaria do lado, citou-me e repetiu-me muito uma frase que os repórteres atribuíam a Sua Majestade, profundamente impressionada com o número de mutilados e feridos graves:

— *Das habe ich nicht gewolt!*

O imperador não quisera aquilo; os ingleses é que o quiseram, afirmava o *Botsman*. Sobre a Inglaterra descarregava ele toda a sua cólera. Entretanto, para afogar as mágoas, ia bebendo, sem fazer uso do copo. Alinhava em sua volta, por cima da mesa, as garrafas vazias. Quando lhe faltava o espaço, colocava-as no chão, em redor, em compactas formações de batalha.

Durante a tarde, ainda por vezes a sua conversa encantava. À noite, porém, pesava-lhe a língua e já não soltava senão uns sons guturais e intraduzíveis. Também tinha os seus dias

alegres, em que lhe dava para cantar: *Von Hamburg nach Kiel / Das kostet nicht viel / Mit Automobil...* («De Hamburgo para Kiel / Não é muito caro / De automóvel...»).

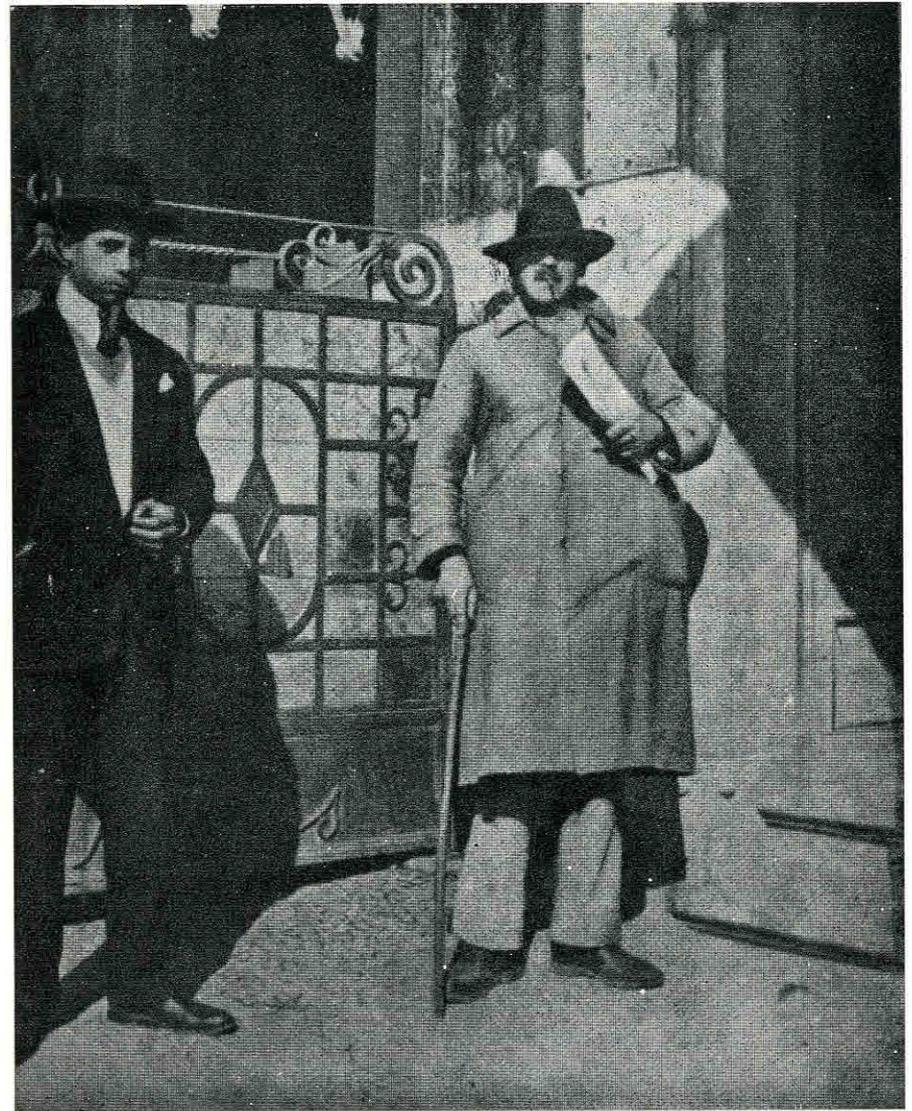
Havia ocasiões em que caía inanimado, da cadeira abaixo. Vinham os companheiros e levavam-no, em charola, para o escaler que o conduzia a bordo. Isto sucedia quase todas as semanas. Suponho que, durante cerca de dois anos que aí estive, aquele homem não conheceu de Lisboa, senão o que se avistava da sua mesa da esplanada do «Royal»: o jardimzito fronteiro e o barracão da «gare» da linha de Cascais.

Contudo, o caso mais dramático de alemão moralmente triturado pela Guerra, só o viria a conhecer por volta de 1928. Era um homem que perdera o uso da razão e se intitulava D. Úfilas, primeiro rei de Portugal da quinta dinastia. Muito culto, bom matemático, poliglota distinto, fundara em Lisboa o primeiro curso comercial por correspondência e, antes da grande conflagração, levava uma vida feliz e próspera.

Em vésperas de Portugal entrar na guerra, passou ele as suas propriedades e os seus depósitos bancários para o nome de um português muito amigo e partiu para a Alemanha a cumprir o seu dever. Entrou em combate, foi gazeado, mas escapou com vida. Quando o ambiente se desanuviou, regressou a Portugal, ansioso por tornar à posse do seu dinheiro e das suas propriedades. O amigo negou-lhe tudo. E ele, meio doido, ficou a vegetar por aí, sem eira nem beira, metido num velho casaco da tropa, carregado de livros, de cadernos de matemática, misturados com citações históricas e versos de Goethe, tudo num caos. Foi ali, no «Royal», que, em breves interregnos de lucidez, me contou a sua triste história e se deixou fotografar pelo Mário Novais para um artigo que publiquei na *Ilustração*.

Encheria volumes a descrição minuciosa de cada um dos alemães que conheci no período que vai de 1914 a 1916. São figuras que andam agora erradias na minha memória, talvez só na minha comovida recordação, porque, neste Mundo provavelmente já não se encontram, tal como já desapareceram os meus dois queridos camaradas que mergulharam comigo nesse meio tão pinturesco e original: o Reinaldo Ferreira e o Armando Portela, ambos cruelmente ceifados pela morte em plena juventude, ao rondarem a casa dos quarenta.

Pouco antes de Portugal intervir na Guerra, os tripulantes desses navios, que foram logo confiscados, instalaram-se em pensões baratas, em São Paulo, e num certo Hotel Mondego, que existiu no edifício onde hoje se encontra a sede do Sport Lisboa e Benfica. Eu e o Portela fazíamos-lhes visitas frequentes. Foram desaparecendo pouco a pouco de Lisboa, aos grupos, a caminho de Espanha, onde submarinos alemães os



D. Úfilas, primeiro rei da 5.^a dinastia.

iam buscar para sorrateiramente os introduzirem na Alemanha. Depois, enviavam-nos para a frente de combate cada vez mais mortífera. Nunca mais tive notícias deles. Suponho que a maioria terá morrido, na flor da mocidade e com a alma repleta de esperanças vãs. Contudo, se algum deles se salvou, gostaria de que estas linhas chegassem ao seu conhecimento, como uma mensagem de paz e de amor fraternal do seu amigo Schwartz — o Preto.

Não me recordo de ter percebido entre eles, qualquer preconceito de raça contra mim. Pelo contrário, notava precisamente um impulso de espontânea simpatia para com o africano. O seu racismo só se manifestava, nesse tempo, contra os

hebreus. Ainda me lembro do ar desdenhoso em que eles se referiam a certo judeu polaco de um dos navios. Era o *Wasser Polak* (Água Polaca), termo pelo qual designavam os polacos que se encontravam então integrados no império germânico. Achavam que a sua pronúncia não passava de uma espécie de água chilra e confiavam pouco na sua lealdade para com o Reich. E, em verdade, os polacos não suportavam os alemães, e, se eram judeus, ainda menos, como tive ocasião de observar. Contudo, parece-me que o atrito era mais de ordem política do que racista.

Depois de abandonarem Portugal, não nos restou senão um homem com quem falávamos alemão. Chamava-se Johann Weber. Só nele pudemos reparar mais atentamente quando passámos a encontrá-lo isolado no «Royal» ou, com mais frequência, num «cafèzinho» barato que ainda hoje existe no largo do Corpo Santo, mesmo defronte daquela estação de tréns que havia nessa época, sob um vasto telheiro, junto do muro do Arsenal, hoje desaparecido para dar lugar a um amplo parque de automóveis.

Esse «café», que eu, o Portela e o Reinaldo visitávamos muito, era, no dizer do primeiro, que tinha muita graça, o estabelecimento mais bem frequentado das redondezas, porque os seus clientes usavam quase todos chapéu alto. Eram cocheiros.

O Weber era austríaco e desertor. Dizia que não lhe agradava nada vir a morrer pelo militarismo alemão, que ele detestava. Oriundo de Viena, baixote, olhos e cabelos escuros, exuberante de movimentos, pelo aspecto e pela índole, passava por um latino. E sê-lo-ia, também, por educação e por tradição vienense, tão impregnada de cultura italiana e francesa. Amava a música e tocava maravilhosamente «harmónica» bocal.

Por espírito de aventura, o Weber, apesar de bem educado, fizera-se criado de bordo, um criado *bien estylé*, como diriam os franceses, dos grandes transatlânticos. Poliglota distinto, falava correntemente francês, espanhol, inglês e português. Quando o conhecemos, tinha acentuada pronúncia portuense. Aprendera-a na capital nortenha com uma rapariga bonita e sólida, com quem vivera amancebado durante seis meses. Por fim, como se lhe acabara o dinheiro, fugira para Lisboa, a tentar colocação. Possuira um bom pé-de-meia, ao desembarcar prudentemente no Porto, onde tencionava aguardar o fim da guerra. Mas como fizera, mais a rapariga, vida de burguês abastado, viu sumirem-se-lhe as economias com fantástica rapidez.

Na capital curtia miséria — uma miséria cheia de dignidade, no seu fato de bom cheviote, no seu colarinho sempre milagrosamente branco e na sua barba, aliás, muito rala, impeçavelmente escanhoada —. O seu ideal — um ideal vago e

remoto — seria passar para os Estados Unidos. Mas, como? Se ele era um austríaco e, portanto, um *inimigo* da América? Eu e o Portela fomos como dois deuses que lhe apareceram no momento mais crítico da sua vida. Jovem, de cerca de vinte e oito ou trinta anos, de aliciante simpatia, revelava-se sincero mesmo nas suas leviandades, que confessava sem rodeios. Falei dele em minha casa, e fiz bem: o meu pai, comovido com a má sorte do foragido, abriu-lhe crédito de um almoço por dia, no antigo restaurante Barral, na rua de São Julião. E o Weber passou a empanturrar-se, aí por volta da uma e meia, duas horas da tarde. À noite, eu e o Portela pagávamos-lhe um «galão» e torradas. E, com este regime, que durou muitos meses, o Johann Weber conseguiu engordar. Devido ao nosso contacto, já falava, por fim, como um lisboeta, com calão e tudo.

Um dia, o seu vago ideal realizou-se. Chegara a Lisboa um navio norte-americano chamado *Sarnia* (os americanos pronunciavam *Sónia*). Entrámos em contacto com elementos da tripulação e conseguimos introduzi-lo clandestinamente a bordo. Fomos uma tarde visitar o navio, que estava atracado perto do Jardim do Tabaco. Era um antigo cargueiro alemão que a América apresara. No salão, um tripulante em fato de macaco todo manchado de óleo, como se quisesse fazer bom acolhimento a um austríaco, tocava num piano a *Vitua Alegre*.

Sub-repticiamente, o Weber sumiu-se não sei em que canto do navio. No dia seguinte, fomos assistir à largada do *Sarnia*. No momento em que o costado principiava a afastar-se do cais, surdiu de uma vigia um braço a agitar freneticamente adeuses. Era o braço do Weber. Reconhecêmo-lo. Ainda nos escreveu algumas vezes da América, onde a vida lhe corria bem. Estava-nos grato, nunca mais nos poderia esquecer. Mas tudo cansa; deixou de nos escrever, e tinha razão, porque nós, por preguiça, nunca mais lhe respondemos.

Bruscamente, como tanta vez sucede na adolescência, por volta dos dezassete anos, as minhas atenções e preferências concentraram-se todas na Literatura e na Arte, para as quais, desde criança, tivera forte inclinação. O «Café Royal» passou para um plano secundário das minhas preocupações. Visitava-o só de raro em raro, para matar saudades. Lá encontrava o Portela, cada vez mais alto e de nariz mais adunco, onde encavalitava um par de óculos cintilantes. Dos três camaradas, foi o único que ficou fiel ao «Royal» até morrer. Deve ter sido ele a relíquia dos clientes, como o Serafim é a relíquia do pessoal. Eu e o Reinaldo Ferreira tínhamos desertado.

De súbito, por capricho amável do destino, os dois desertores voltaram com assiduidade ao local encantado da sua adolescência. A Redacção do *Repórter X* instalara-se na sede

do antigo ABC, na rua do Alecrim. Passámos a almoçar muitas vezes no «Royal». Raro era o dia em que não evocávamos cenas de um passado que, em 1932, já se nos afigurava muito distante, no fundo remoto dos tempos. Parecia-me que, a todo o momento, ia ver surgir algum amigo alemão de outrora, a gritar-me jovialmente:

— *Eh, Márrio, mein lieber Freund!*

Aparecia, às vezes, o Portela a nazalar negócios de *sheeps-lander* com qualquer comissário americano; também aparecia quase sempre um francês conhecido do Reinaldo, um meridional bonachão e barulhento, de francas risadas, ventre proeminente, que dava sempre aso ao mesmo diálogo:

— *Alors, Reinaldo, comment ça va?*

— *Bien, mon cher, et vous?*

— *Moi?* — gargalhava o francês —. *Ça roule, ça roule... Ah! Ah! Ah!...*

E realmente, o homenzinho, de tipo arredondado, parecia rolar sobre as pernas curtas.

O Rocha Martins também aparecia, muitas vezes, no seguimento de uma conversa começada no ABC. Vinha ali concluí-la, dando no solo ponteadas de bengala. Bebia o seu anis e saía, a passo firme e corajoso, como corajosa fora toda a sua vida.

Depois, novo afastamento meu daquele «Royal» que é, por assim dizer, um tesouro guardado no fundo da minha alma. Que eu saiba, alguns escritores e poetas por lá passaram depois de mim. O Augusto Ferreira Gomes, há poucos anos falecido, grande amigo e discípulo do Fernando Pessoa, foi, como este, frequentador daquele «café». O Castelo de Moraes passava ali tardes inteiras, a contemplar o Tejo, até que o Eduardo Frias lhe vinha fazer companhia. Mas, de todos, creio que nenhum conheceu o «Royal» tão intimamente no seu período mais brilhante — o de 1914 a 16 — como eu.

Foi ali, também, que o príncipe Boris de Andorra, obrigado a sair de Lisboa até às 12 horas de certo dia de Maio de 1935, se não estou em erro, se despediu desta cidade que tanto o encantava. Partiu melancolicamente para Cacilhas, no barco do meio-dia menos um quarto, de onde seguiu para o Algarve, a tentar passar para Marrocos.

Estou muito grato ao «Café Royal» pelos inúmeros momentos de prazer que me proporcionou, mas muito mais ainda por ter dissolvido nas convivências mais díspares aquela espessa timidez da infância que poderia ter feito de mim um homem tolhido e irrevelado para toda a vida.

Conheci naquele aconchegado «café» tantos tipos humanos, presenciei tanto drama, escutei tanta confidência, lidei com gente tão fraternal e, por vezes, com patifes, *escrocs* interna-

cionais, mal disfarçados espiões, que se acotevelavam com ingleses gelados e rígidos por fora e sentimentais por dentro, holandeses saudáveis, americanos mal-educados, mas *good fellows*; impregnei-me de tanta humanidade, armei-me de tanta compreensão e tolerância, que considero o «Royal» o maior tesouro espiritual da minha vida.

Sem aquele período, não teria hoje à minha disposição os riquíssimos materiais humanos com que posso construir as mais variadas personagens de romance, desde príncipes a bandidos, desde ladrões a apóstolos. Tudo ficou armazenado, em substância, não apenas na minha memória, que deixa evoluir-se muita recordação, mas em local ainda mais profundo, no meu subconsciente. Quando preciso de esboçar uma cena de novela ou de criar um tipo bem vivo, com espírito de gente, basta-me carregar num botão secreto e, lá das profundezas do «Royal» oculto na minha alma, surge tudo o que desejo.

Para maior glória do «Café Royal», ora prestes a expirar, Columbano Bordalo Pinheiro, um dos maiores pintores portugueses do último século, que morava ali perto, no largo de Stephans, frequentou assiduamente a sua sala nos derradeiros anos da sua existência. Ia lá jantar com a esposa, aquele brando rosto de mulher que aparece fugidamente em tantas telas do mestre. A presença do grande artista enobreceu aquela casa. Não é de estranhar, pois, que a gerência deste «café» condenado à morte queira que esta se revista de beleza, promovendo uma pequena exposição de pintura de António Domingues, um dos meus filhos que continuou a tradição do pai, frequentando o mesmo local e admirando e observando muitas coisas curiosas, que eu admirei e observei para mais compreensivo e humano conhecimento da Vida.

Lisboa, 10 de Dezembro de 1959

MÁRIO DOMINGUES





**Exposição
de
António
Domingues
Óleo e
Desenho**

Catálogo

Esta exposição é principalmente o último abraço à vida forte que o «Café Royal» acolheu durante os cinquenta anos da sua existência.

ÓLEO

- | | |
|---|-----------|
| 1 — Alecrim Bar 1948 (1959) | 2.000\$00 |
| 2 — Lavadeiras de Alpiarça (1959)
Propriedade de Carlos Pinhão | |
| 3 — Calceteiro (1956)
Propriedade do arq. Orlando G. de Araújo Avelino | |
| 4 — Retrato de Palmira Domingues
Propriedade de Alexandre Domingues | |
| 5 — A caminho (1959) | 1.500\$00 |
| 6 — Aprendiz de Escriturário (incompleto) | |
| 7 — Rumo ao Futuro
Propriedade de Francisco Tristão | |

DESENHO de 1949 a 1952

- 8 — Mário Cesarini de Vasconcelos
- 9 — Mário Pinto de Andrade
- 10 — António Maria Lisboa
- 11 — Noémia de Sousa
- 12 — Auto-retrato
- 13 — Retrato
- 14 — Retrato
- 15 — Um casal
- 16 — Orlando da Costa
- 17 — Sebastião Rodrigues
- 18 — Calceteiro (1956) litografia
- 19 — Descarregando sal
Propriedade de Humberto Machado
- 20 — L. Martins
- 21 — Gonçalo Rodrigues

até 28 de Dezembro de 1959



